

Documento de Política Econômica

IPEA/INPES

Documento nº 6

O Mobral e a Alfabetização no Brasil

Cláudio de Moura Castro

CIRCULAÇÃO RESERVADA

Novembro 1974

Cópia nº

OBSERVAÇÃO: Do presente documento foram tiradas originariamente seis cópias "Xerox" numeradas e rubricadas pela Superintendência do INPES.

O MOBRAF, E A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Cláudio Moura Castro

Neste trabalho tentamos formular certas perguntas básicas com relação ao Mobral. Para algumas das respostas dispomos de evidência empírica que se não é conclusiva, pelo menos é bastante sugestiva. Para outras, permanece a incógnita, o que pode em alguns casos nos levar a inferência de que não houve justificativa sólida para muitas decisões tomadas nesta área.

Como pano de fundo de toda a discussão que se segue, estão algumas perguntas de caráter geral.

Um exame crítico da história contemporânea do Brasil sugere que não seria realista esperar que o montante de recursos mobilizado para a educação fundamental pudesse vir a ser substancialmente expandido. Dentro deste raciocínio, a decisão de alfabetizar adultos, implica em deixar de gastar no ensino fundamental regular, ou, deixar de ampliar o pré-escolar etc. A pergunta desagradável é o que deixar de fazer? Qual é o melhor uso que se pode dar aos recursos disponíveis?

Mais diretamente, até que ponto devemos buscar a "alfabetização universal"? No presente estágio do Brasil que proporção de analfabetos poderá ser beneficiada pela educação oferecida pelo Mobral? Mais especificamente, qual o sentido da alfabetização para algumas faixas relevantes da população de analfabetos? E, mais ainda, qual o efeito dos programas oferecidos pelo Mobral sobre estes diferentes grupos? Cabe enfatizar a diferença entre as duas perguntas: Podemos perguntar se o domínio da leitura e escrita de alguma forma afeta diferentes dimensões da vida de determinados grupos de pessoas, e, podemos também perguntar se o programa oferecido pelo Mobral consegue, de fato, deixar efeitos duradouros. Não podemos à priori excluir as hipóteses de que muitos não chegam a aprender a ler e escrever, muitos regridem ao analfabetismo após certo tempo ou que para muitos a alfabetização não chega a alterar suas percepções básicas ou sua produtividade econômica.

Estas são talvez as perguntas mais importantes, embora não sejam as únicas. Em seguida, tentaremos analisar de maneira mais sistemática estas e mais algumas questões de grande importância na avaliação do Mobral.

Recentes polêmicas foram suscitadas por alguns pensadores * e sustentadas pelo crescente consenso de que o Programa Experimental de Alfabetização da UNESCO foi um fracasso. Suspeita-se hoje que a alfabetização possa ter um valor negativo em algumas situações, seja destruindo a cultura oral, seja introduzindo práticas que, por inadequadas são prejudiciais até à saúde. ** No presente trabalho, a fim de evitar uma área controversa, ignoraremos este alcance do debate, tomando como pressuposto a hipótese de que a alfabetização é desejável.

I - O Mobral e Administração Pública Brasileira.

A história da administração pública brasileira revela um nítido "estilo" de modernização. Ao invés de modernizar as burocracias, sistematicamente optamos pela criação de um novo organismo visando atender a algum problema mais urgente, superimpondo-se de maneira incômoda às velhas burocracias já existentes. Até que envelheçam e se esclerosem, essas novas burocracias impõem-se em sua área de atuação e asseguram sua liderança, em virtude de seu maior dinamismo, flexibilidade administrativa e recursos financeiros.

Esta é contudo uma tradição lamentável, pois duplica os esforços, multiplica os recursos mobilizados e não atende senão a uma fração das áreas de atuação do serviço considerado.

Ivan Illich, Deschooling Society (New York: Harrow, 1970); Paul Goodman, Compulsory Miseducation (Middleses: Penguin, 1962).

**

Veja-se a esse respeito recentes trabalhos de Marcel d'Ans, associado à Universidade de San Marcos em Lima.

Dentro desse prisma, a situação do Mobral está, inequivocamente dentro da nossa tradição, exceto pelo fato meritório de que não há gastos significativos com capital físico. Todos os cursos se aproveitam da capacidade ociosa do sistema escolar de outras instituições. No mais, o Mobral é mais uma nova burocracia super-imposta à velha burocracia do MEC.

Segundo sugere a observação casual, trata-se de uma organização que descentraliza muitas de suas atividades e decisões, ao mesmo tempo que mantém um excelente sistema de comunicações com todas as suas ramificações através do País.* Tem sido alvo de elogio sua eficiência na administração financeira e sua flexibilidade para as adaptações requeridas pelas condições locais.

Contudo, isto não nos deve impedir de notar o seu pecado de origem. O fortalecimento do Mobral pode ser também entendido como uma punição para o MEC que muito se poderia beneficiar dos recursos humanos e financeiros canalizados pelo Mobral. Dados os seus pesados encargos em todas as áreas da educação, simplesmente não devemos e não podemos tomar o MEC como caso perdido, por mais ineficiente e ineficaz que se mantenha.

É forçoso reconhecer que a operação de um programa equivalente dentro da burocracia do MEC dificilmente poderia atingir os níveis quantitativos de atendimento do Mobral. Como contrapartida, aos benefícios organizacionais de se tentar rejuvenecer uma área do MEC, haveria certamente uma perda de eficiência no programa. Cabe novamente indagar se comparado com os outros objetivos do MEC a alfabetização deverá receber este nível tão alto de prioridade.

Outro corolário deste problema é a rivalidade estabelecida entre o Mobral e o pessoal do sistema convencional, e principalmente, a marginalização das Secretarias Estaduais. Devemos lembrar que as Secretarias Estaduais da Edu-

* O Mobral é a única organização de âmbito nacional que mantém uma rede de pessoal atingindo praticamente todos os municípios brasileiros.

cação são responsáveis pela coordenação e administração de boa parte do ensino fundamental e de 2º ciclo. O Mobral cria uma rede paralela de controle do seu sistema, diretamente a nível de município, minimizando o papel das Secretarias. Cabe aqui a mesma argumentação que propusemos no caso do MEC. Uma rede de comunicações e coordenação como a do Mobral traria imensos benefícios às Secretarias Estaduais que certamente não dispõem dos recursos necessários para montá-la.

Note-se que nesta seção não estamos apresentando argumentos contra ou a favor do Mobral, mas, simplesmente, discutindo um problema mais geral de estratégia de modernização organizacional. Chamamos atenção para o "trade-off" entre eficiência e atendimento de objetivos de curto prazo versus modernização e transformação estrutural visando a um horizonte menos próximo e objetivos mais diversificados.

II Mobral, Estilos de Vida e Aspirações.

Antes de discutir os possíveis efeitos do Mobral sobre a vida profissional dos graduados, cabe mencionar outras categorias de impactos que se poderia esperar.

Dentro da sociedade industrializada contemporânea, a escola tornou-se um dos agentes mais importantes de modernização e de adaptação do indivíduo aos hábitos e valores da sociedade.* Não cabe dúvidas de que o processo de socialização da escola traz como consequência a aquisição de novos estilos de ver o mundo, novos valores e aspirações. Diversos estudos demonstram o papel de intermediário entre a família e as organizações econômicas exercido pela escola.** Igualmente se tem verificado que a escola explica diferenças significativas em escalas de modernidade aplicadas a crianças de origem rural.***

* D.Holsinger, "Elementary School as an Earlier Socializer of Modern Values", dissertação de Ph.D., Stanford, 1972.

** R.Dreeben, On What is Learned in School (Reading, Mass.: Addison-Wesley 1968). Para uma bibliografia mais completa ver J.Simmons, "Investment in Education: Alternative National Strategies", Banco Mundial, 1973, p.7.8.

*** D.Holsinger, op.cit.

Autores de diferentes persuasões ideológicas extraem diferentes implicações desse papel da escola. Aqueles mais complacentes com o status vêem na escola um agente de adaptação das crianças para enfrentar a sociedade contemporânea e de reajustamento de grupos de origem rural ou tradicional às mudanças estruturais da sociedade.

Outros, de menos simpatia para com a ordem existente, vêem na escola um mecanismo de controle social. São esses que mais apressadamente denunciam o Mobral como instrumento de manipulação social. O Mobral teria como objetivo não declarado a transmissão de valores convencionais e de uma visão de mundo conformista, de integração, obediência e legitimização do sistema.*

Não há, que saibamos, qualquer investigação sobre tais efeitos no Mobral. Contudo, a partir de resultados de outras pesquisas é possível sugerir algumas idéias.

*

Um exame do material didático, de fato sugere uma visão pan-glossiana da sociedade, onde "tout va pour le mieux dans le meilleur des mondes". Não há crítica social e não se propõe a discussão de qualquer problema. Em sua tese de mestrado ("Educação Popular de Adultos", PUC/RJ, 1972, p. 266-68) Vanilda P. Paiva comenta esse ponto afirmando inicialmente que "pretendia-se... a sedimentação das estruturas com modernização". Esta posição seria confirmada pela orientação do material didático, onde "associa-se o incentivo ao esforço individual para vencer na vida ao estímulo à adaptação a padrões de vida modernos. Observa-se a preocupação em elevar as aspirações dos alfabetizados... não existe preocupação em conter a migração rural-urbana. [o material] busca difundir a idéia de causalidade pessoal pelo êxito ou fracasso na consecução dos novos objetivos, diminuindo os riscos de uma contestação das estruturas sócio-econômicas e políticas por parte dos que não consigam realizar suas novas aspirações".

Sabe-se hoje que os valores adquiridos na escola são aqueles que prevalecem no sistema social da escola, muito mais do que aqueles promulgados como conteúdo substantivo dos cursos. Não são apreendidos os valores ensinados pela professora na aula mas aqueles aplicados no funcionamento da escola como organismo social. O livro texto pode pregar justiça mas o aluno aprende a justiça que vê nas relações entre a professora e os alunos.

Sendo o Mobral um curso de muito curta duração, conduzido pelos mesmos professores responsáveis pelo nosso ensino fundamental, parece pouco provável que haja repercussão mais profunda. Seria prematuro tirar conclusões sem quaisquer dados mais sólidos. Todavia, nossa primeira impressão é de que os efeitos sobre valores e motivação seriam bastante reduzidos, se é que existem. Não vemos como corroborar as críticas daqueles que acusam o Mobral de funcionar como instrumento de controle social. Este apresenta duas diferenças importantes com respeito à escola.

De um lado, comparado com o adulto, a disponibilidade da criança para a aquisição de valores e motivações muito maior. A escola entra em cena em uma fase crítica de definição de orientações valorativas ("value orientations"). Pelo contrário, os adultos chegam ao Mobral já com seus sistemas de valores e, o que é pior, com um repertório de experiências já corroborando uma visão fatalista do mundo. Por outro lado, a duração da escolarização é da essência do processo. Estamos discutindo áreas não-cognitivas; não se trata de entender ou tomar conhecimento mas sim transformar-se em termos de percepção da realidade. É altamente improvável que em cinco meses, algo significativo possa acontecer (deixamos para mais tarde a discussão da segunda fase do Mobral).

Poderíamos de qualquer forma buscar efeitos mais superficiais como aspirações e expectativas. A campanha publicitária promovida e a decisão do indivíduo de matricular-se no Mobral não poderão deixar de estar associadas a um comprometimento emocional.

Não podemos deixar de lado o fato de que a necessidade da alfabetização está sendo percebida inicialmente pe-

las elites dirigentes e pelos educadores que se sentem vexados pela "vergonha do analfabetismo" expressa pelas estatísticas. Não é, em geral, o analfabeto que percebe a necessidade da comunicação escrita em suas atividades cotidianas. O que ele sente, isso sim, é a vergonha de ser analfabeto, atitude que a sociedade dos educados lhe ensinou. A propaganda, os textos oficiais, o consenso consigna os vícios do analfabetismo independentemente dos méritos intrínsecos e da importância prática da língua escrita. É o caso de perguntar se não estaríamos mais preocupados com o "problema do analfabetismo" do que com os problemas reais dos analfabetos, na medida em que todas as campanhas constroem uma imagem altamente negativa do analfabeto, criando nele um sentimento de inferiorização e de culpa. Inevitavelmente, todos aqueles atingidos pela propaganda e pela penetração indireta desses valores, mas que não chegam a ser alfabetizados, se sentirão culpados, inferiorizados e alijados da cultura nacional. Pior destino espera aqueles que tentam e fracassam. Ainda que racionalizando o seu fracasso de formas diversas, como falta de tempo e inconveniência de horários.* É inevitável o ônus emocional acarretado pela incapacidade de seguir o curso.

Parece razoável supor que são criadas expectativas e esperanças com relação ao curso. O fato de um adulto ir à escola ou voltar a uma escola que pouco lhe ofereceu da primeira vez não poderá deixar de estar acompanhado de um forte componente emocional.

Nesse sentido, o Mobral tem uma grande responsabilidade perante seus alunos. São em sua maioria pessoas quem a sociedade vem negando a sua prodigalidade e frustrando pela sua posição residual na sociedade. É uma questão grave de justiça social o grau de satisfação das expectativas

É pertinente mencionar que uma das estratégias mais enganosas e menos promissoras de pesquisa é perguntar aos evadidos por que abandonaram a escola. Pela própria natureza humana há uma tendência para escamotear a resposta. Mais importante ainda: as pessoas não estão em condições de identificar a causa eficiente de fenômenos sociais complexos.

criadas pelo Mobral. Se promessas de alfabetização e seus benefícios subsequentes não passam de quimeras, estaremos mais uma vez frustrando exatamente aqueles para quem a frustração tem sido a constante mais previsível em suas vidas. Não fora esse um grupo tão marginalizado socialmente e poderíamos temer um clima de mal estar social, se de fato as expectativas criadas pelo Mobral não puderem ser satisfeitas.

III - Quem pode ser Alfabetizado?

Um exame das experiências de alfabetização e das teorias explicativas do processo de aprendizagem nos permite vislumbrar alguns denominadores comuns:

1. A leitura é uma operação de baixo nível de dificuldade. Das as pré-condições necessárias, qualquer método conduz à alfabetização.

O conteúdo do parágrafo acima é de importância capital na colocação de um programa de alfabetização em sua perspectiva correta.

Com base no trabalho de Piaget e Inhelder, verificou-se que a alfabetização é uma atividade mental de baixo nível.* Mesmo crianças de muito menor idade do que a oficialmente prescrita podem em certos casos dominar as operações mentais requeridas para a leitura.

Paul Goodman afirma algo muito semelhante, partindo de raciocínio diferente: "o enigma não é como ensinar a ler mas, por que algumas crianças não conseguem aprender a ler".**

* V.G. Hans Furth, Piaget na sala de aula (Rio de Janeiro: Forense, 1971) p.24. Estes autores estão convencidos de que nas condições normais oferecidas por uma família de classe média, a leitura é uma técnica de baixa produtividade e uma criança de três anos já está capacitada para adquiri-la. Veja-se também O. Feitelson, "Learning to Read" in The Teaching of Reading, compilado por Ralph C. Staiger (Paris: UNESCO: 1973) p.22

** Compulsory Miseducation. op.cit.

Qualquer criança normal, dentro de uma sociedade industrializada contemporânea está tão envolta por estímulos da palavra escrita que o aprendizado da leitura pode ser espontâneo.

Já há uma literatura bastante ampla sobre a comparação de métodos de alfabetização. Observa-se que em grupos equivalentes e onde há o mínimo de condições favoráveis para o sucesso do programa, não há diferenças significativas no aproveitamento de grupos alfabetizados por vários dos métodos mais conhecidos.* Não vai aí a implicação de que não haja problemas com métodos em muitos programas** mas sim, que os melhores métodos não diferem muito entre si.

Estes dados, cuja confiabilidade é perfeitamente aceitável, indicam portanto que a alfabetização em si é um processo fácil, de baixa operatividade. As dificuldades não estão portanto na sala de aula, no método utilizado ou na dificuldade intrínseca e própria da alfabetização.

2. As experiências de alfabetização mostram que exceto em programas muito especiais, uma fração substancial dos participantes não está em condições de terminar a alfabetização com sucesso.

Em 133 programas associados à UNESCO, observaram-se taxas de deserção entre 34% e 60%*** Pesquisas com programas bem controlados e administrados nos Estados Unidos indicam que há uma proporção substancial de candidatos que não se alfabetiza ao fim do programa.****

*Adult Basic Education compilado por W. Michael Brooke (Toronto: New Press, 1972). p.286.

** Ibid, p.4

***International Institute for Adult Literacy Methods, Literacy Projects, p.83

Adult Basic Education, op.cit., p.290.

Todavia, é na dimensão psicológica que provavelmente residem as maiores e mais freqüentes dificuldades. Ademais, são em geral condições mais refratárias à qualquer manipulação;

Em áreas não-cognitivas, ligadas a problemas de personalidade e condicionamento, pode haver barreiras emocionais à escola. A frustração, associada a experiências prévias infelizes com a escola, pode criar inibições e tensões de ordem a comprometer uma tentativa subsequente de alfabetização. Alguns autores consideram a escola uma experiência frustrante e alienante para crianças de classe baixa que não foram por muitos anos adequadamente preparadas pelos pais para a experiência escolar.* Não vemos razões para crer que adultos se sentiriam mais à vontade.**

Note-se que mais da metade de uma amostra de alunos do Mobral já estiveram antes na escola.*** 'Se tivessem tido sucesso não estariam no Mobral. Existe portanto, prima-facie, evidência de frustrações prévias. Não conhecemos suficientemente bem as implicações dessas barreiras emocionais ou, poderíamos dizer, barreiras culturais já que o que ocorre na escola é uma confrontação, um choque entre a cultura tradicional dos alunos e o mundo da escola com suas letras, livros e abstrações.

Mais tangíveis e talvez ainda mais importantes sejam os problemas na área cognitiva. A alfabetização pressupõe o desenvolvimento de certos conceitos ou de certas operações intelectivas. Os psicólogos indicam que o desenvolvimento de certas noções ou a elaboração de certos conceitos é

* V.G.P. Goodman, op.cit., p.27; M.Deutsch, "Early Social Environment" in Profile of The School Dro out, compilado por D. Schreiber New York: Vintage Books, p.204-210, 1968).

** "Ambientes que impedem o aprendizado das crianças parecem ter também sérios efeitos sobre os adultos". J.R.Kidd, How Adults Learn (N.York: Association Press, 1973)p.35.

N.Speranza, op.cit., p.28

Afirmamos que a leitura é uma operação de baixo nível de dificuldade e ao mesmo tempo, são muitos os que fracassam. Onde está então a dificuldade?

Seria leviano propor explicações definitivas para o problema da dislexia que há muitos anos vem preocupando educadores e psicólogos. Contudo, há uma série de questões que vale demarcar.

Inicialmente, é preciso advertir que a maioria do trabalho nessa área tem sido feito com crianças e não com adultos e que, ademais, muitas das pesquisas com adultos utilizam testes desenvolvidos para crianças, o que compromete a confiabilidade dos resultados.*

Todavia, sabe-se hoje que, tanto em adultos como em crianças, algumas dificuldades de aprendizagem não resultam senão de problemas de saúde física. Deficiência de audição e visão, em particular, explicam uma fração modesta mas significativa de problemas de dislexia.** Talvez igualmente frequentes sejam problemas neurológicos como dificuldades para concentração, atenção etc. A ocorrência não detetada e corrigida destes problemas está inversamente associada à classe social.*** Defensores dos programas de alfabetização nos Estados Unidos recomendam exames físicos prévios.****

Ibid, p.285

Em turmas do Mobral, 39% dos alunos indicaram problemas de doença, alimentação ou problemas de visão. Nair Paiva Speranza, "A Clientela do Mobral", Tese de Mestrado, PUC/RJ p. 24 e C.M.Castro Desenvolvimento Econômico, Educação e Educabilidade (Tempo Brasileiro, 1972)

V.G.Schwebel, Who Can Be Educated (New York:Grove Press,68) cap.5 e 6; D. Feitelson in The Teaching of Reading, op.cit., p.33; Eve J. Malmquist, Ibid, p.108-116; Albert Harris and Eve Malmquist, Ibid, p.192-94.

Adult Basic Education, op.cit., p.296

pré-condição para a etapa da alfabetização. Independentemente de endossar esta ou aquela teoria a respeito da natureza e estrutura da inteligência e dos testes que contêm em sua lógica a aplicação dessas teorias, temos de aceitar a evidência inapelável de que tais testes indicam a probabilidade de sucesso na escola. E como nos indicam pesquisas norte-americanas, não há qualquer razão para supor que crianças que se mostraram lentas na escola primária tenham melhor aproveitamento quando adultos^{*}. Daí a recomendação da Association for Basic Education de que se proceda a uma seleção rigorosa dos candidatos, que têm chances de sucesso no programa.

Politicamente, e em termos de dignidade humana, essa recomendação suscita um problema crucialmente importante: fazer voltar a casa um candidato à alfabetização que não apresenta perspectivas de sucesso, ou, vê-lo abandonar o programa pelo meio, sobrecarregado pelo fracasso percebido ou pressentido? Em programas de grande divulgação e proselitismo como o Mobral, essa questão apresenta-se ainda mais séria. Dado o universalismo da proposta de participação, torna-se delicado desencorajar candidatos desde o início. Contudo, temos que considerar com seriedade as implicações de um fracasso. Aqueles que abandonam o programa situam-se nos estratos mais baixos da sociedade e dela têm recebido muito pouco. Criar-lhes expectativas e aspirações cuja impossibilidade poderia ser estabelecida por um simples teste de meia hora não parece uma proposta justa. Esta é uma questão que de certo merece mais reflexão.

3. Calcula-se que somente com programas de varios anos geral menciona-se cinco) a alfabetização é um processo irreversível. De fato, estima-se que a grande maioria dos graduados das campanhas curtas de alfabetização regride ao analfabetismo por falta de uso dos conhecimentos adquiridos.

A regressão ao analfabetismo, ou mesmo a extinção do conhecimento adquirido tem sido considerado como o mais sério obstáculo aos programas de alfabetização, seja de adultos

^{*}Adult Basic Education, op.cit. p.290

ou a própria educação fundamental, em situações onde um número grande de alunos abandonaram a escola ao cabo de poucos anos.

Supõe-se que apesar de ser facilmente dominada, a técnica da leitura pode também regredir em pouco tempo, a não ser que haja um período mais longo de escolaridade, durante o qual se consolide o aprendizado. Diferentes autores estimam que cerca de quatro ou cinco anos sejam necessários para prevenir a regressão da alfabetização. **

É interessante observar que em países onde a educação tem efetivamente recebido alta prioridade, os programas de alfabetização são de longa duração.

Na União Soviética, no período pós-revolucionário, os programas para analfabetos tiveram duração de 4 anos. ***
Em Israel, o programa de alfabetização dura quatro anos, seguidos de mais três, sendo dada grande ênfase à continuidade do processo. Os programas quando curtos são particularmente intensivos. Por exemplo, no exército de Israel há um programa de 3 meses. Contudo, são 7 horas de aulas diárias, seguidas de duas horas adicionais de estudo individual, e mais atividades extra-curriculares de caráter educacional. ****

* Ora Grebelsky, From Illiteracy to Literacy (Jerusalém: Adult Education Center, 1970) p.17; Adult Basic Education, op.cit. p.105; P. Furter, Sugestões para um Estudo sobre Analfabetismo no Brasil, 1968, p.13; L. Soria, Alfabetización Funcional de Adultos(Mexico:CREFAL, 1968).

** Literacy Projects, op.cit., p.27 e O.Grebelsky, op.cit., p.15 J.Simmons ("Investment..."op.cit.) cita diversas pesquisas, onde se verificou que a leitura de jornal exige no mínimo 4 anos.

Ora Grebelsky, op.cit., p.36.

Ibid, p.39

É certo que países mais ricos podem se permitir soluções educacionais a prazos mais longos, como escolarização modal de dez ou doze anos para toda a população. Mas daí não se pode inferir uma divisibilidade completa do processo educacional. A psicologia da aprendizagem nos mostra com segurança que há limiares e descontinuidades na aquisição de certas qualificações e conhecimentos. Se um mínimo de prática ou do mínimo não for atingido, pode ocorrer regressão. De fato, a literatura sobre alfabetização é rica em exemplos de retorno ao analfabetismo e de advertências quanto a esse perigo.

É de se salientar que os programas curtos vem sendo questionados desde há muito tempo. Em 1930, William Gray afirmava que "em muitos casos programas restritos foram aprovados na crença de que, uma vez adquiridas pelo adulto as técnicas de reconhecimento de palavras, eles podem se tornar leitores eficientes através dos seus próprios esforços - apesar de que a experiência mostra repetidamente que essa esperança não é justificada no caso de uma ampla proporção de adultos que receberam treinamento limitado."

Em suma, parece bem estabelecido que se a alfabetização não for seguida de um período de alguns anos de escolaridade, não há qualquer garantia de fixação deste conhecimento. Em um meio sócio-cultural menos estimulante sob esse ponto de vista, sobrevirá a regressão ao analfabetismo.

4. A alfabetização é pré-condição para o acesso a toda herança cultural e profissional da nossa civilização. Contudo, em si, a funcionalidade de saber ler depende sobremaneira do estrato da sociedade em que a pessoa vive. Na sociedade tradicional é desprezível a utilidade da leitura. Nas posições mais modestas na sociedade moderna julga-se ser ainda restrita a funcionalidade da alfabetização, daí a grande proporção dos que regridem ao analfabetismo.

Citado em Adult Basic Education, op.cit., p.359 (grifo nosso)

Se os programas de alfabetização rápida não garantem a permanência do aprendizado, a regressão ao analfabetismo dependerá dos estímulos ambientais à utilização do que já foi aprendido. Certos tipos de sociedade e certas sub-culturas dentro da nossa sociedade, têm se mostrado pouco estimulantes nesse sentido.

Estudos sobre sociedades tradicionais, especialmente na zona rural têm demonstrado que a alfabetização é disfuncional.* Estas sociedades estão organizadas de tal forma a prescindir da linguagem escrita. O sistema de transmissão cultural e de comunicações torna redundantes os conhecimentos de leitura e escrita. Ou melhor dito, essas sociedades não passaram ainda a depender da escrita para seu funcionamento.

Mais do que isso, a freqüência do uso da escrita mínima. Mesmo em atividades menos centrais na vida da sociedade e das pessoas é raro o seu uso, reduzindo-se a freqüência de contatos com material escrito.

Um exemplo interessante a respeito do efeito da educação na área rural está contido no trabalho de Maria de Lourdes Favero sobre um projeto de reforma agrária.** Foram entrevistadas 785 famílias no Projeto Iguatemi sendo distinguidos três níveis de educação: Alfabetizados, semi-alfabetizados e analfabetos. Verificou-se que o nível de educação raramente explica diferenças marcantes no que concerne a práticas agrícolas. Por exemplo, não há diferença significativa entre os grupos no que se refere a formas e tipos de cultura, tratamento de sementes, quantidade de venenos e aplicação de defensivos, rotação de culturas, hábito de plantar a favor das águas, utilização dos lucros, participação em cooperativa e sindicato, e muitos outros aspectos menos relacionados com a produção. A

*P. Furter, op.cit.

"Alfabetização de Adultos e sua posição num projeto de Desenvolvimento Integrado" Tese de Mestrado PUC/RJ, 1972.

educação somente afeta a forma de contabilização dos custos e o montante de informações relativas à cooperativa. Nessa situação, faz bastante sentido afirmar que sendo o uso da leitura e escrita tão periférico na vida do indivíduo, somente um programa de alfabetização longo e bem feito poderá garantir a permanência desse conhecimento. Em outras palavras, a escola terá que gerar hábitos de leitura e escrita e gerar um momentum de inércia para esses hábitos. Exceto em projetos onde verdadeiramente se integram educação e trabalho, a escola não poderá abandonar o alfabetizado rapidamente, antes que haja fixação dos hábitos de comunicação escrita.

Deste raciocínio poderíamos inferir que a importância do ciclo Educação Integrada é ainda maior no meio rural. Segundo informações do Mobral 70% da sua clientela está no meio rural tornando mais vulnerável a decisão de operar um programa onde somente um quinto dos alfabetizados têm acesso ao ciclo de Educação Integrada. Isto é, quanto menos pressão para o uso, mais longa deverá ser a escolarização, o que na realidade não parece ser a política do Mobral.

Se tomarmos a sociedade urbana brasileira nos dias de hoje, a onipresença da palavra escrita parece óbvia. Contudo, não podemos tomar nossa sociedade como um todo homogêneo, obliterando as diferenças entre cidades e entre grupos sociais dentro da mesma cidade.

Mesmo nos grandes centros, o analfabetismo das classes mais baixas não é tão disfuncional como possa parecer. A identificação de alguns números, palavras e logotipos é perfeitamente suficiente para uma sobrevivência sem maiores incômodos.* A pequena gama de produtos consumidos torna ociosa a leitura de instruções. Remédios são vendidos com indicações de posologia dadas pelo farmacêutico. A leitura de jornais não é comum entre os grupos sociais com os quais o analfabeto

*Possivelmente os maiores obstáculos estão na obtenção de empregos, já que as posições mais cobiçadas exigem escolaridade. Contudo, cabe frisar que se exige diploma, em parte por exigência legal e em parte para facilitar a seleção em um mercado de compradores de mão-de-obra. Há indicações sólidas de que uma fração considerável das ocupações não exige sequer alfabetização. Voltaremos a esse ponto.

convive. A presença de livros é ainda mais rara.*

Sem realmente endossar as idéias de McLuhan, é forçoso reconhecer que rádio e televisão reduzem a necessidade da leitura para o seu contato com o mundo.** Não conhecemos estudos sistemáticos que avaliem de forma mais objetiva o uso da linguagem escrita entre os grupos de classe baixa. Todavia, a sua baixa freqüência e funcionalidade têm sido enfatizada, pela UNESCO e por muitos autores de reputação bem estabelecida. Mas, em última análise, é a evidência de regressão ao analfabetismo que dá peso a essas explicações.

5. O conceito de "alfabetização funcional" nasce da percepção de que saber ler é não mais do que um instrumento. Aprender a ler é aprender as regras para desvendar um código. É somente o uso deste código ou instrumento para a aquisição de algum conhecimento verdadeiramente funcional na vida da pessoa que dá sentido à alfabetização, impedindo a regressão ou extinção do conhecimento.

A falência generalizada de dezenas de programas curtos de alfabetização no mundo inteiro levou os educadores à busca de novas soluções. A idéia de "alfabetização funcional" parece representar um denominador comum nos meios educacionais ***

"Em Belo Horizonte, dentre aqueles que completaram o primário apenas 25% foram criados em lares onde havia mais de dez livros. Em Itabirito, uma cidade com índices educacionais muito acima da média brasileira, somente 15% daqueles com primário incompleto cresceram em lares com mais de dez livros. C.M. Castro, Investment in Education in Brazil, Ph.D. Dissertation, Vanderbilt University, p. 402-406.

** Em uma pesquisa sobre o Mobral (Speranza, op.cit., p.147) verificou-se que 76% dos domicílios dos alunos tinham rádio e 33% televisão.

*** Uma bibliografia relativamente restrita preparada no Brasil lista mais de 100 títulos onde são discutidos problemas de alfabetização funcional ou educação permanente.

Já em 1965 a Conferência da UNESCO em Teerã recomenda que "não se deve iniciar programas de alfabetização sem que se tomem providências no sentido de: 1) Oferecer um programa de continuação dos estudos, através dos meios de comunicação de massa"..."

Uma vez que é amplamente aceita a idéia de alfabetização como instrumento apenas, como algo que não é em si útil,** e portanto de retenção precária, o passo seguinte é tentar acoplar a alfabetização a programas em que o participante é levado a utilizar as técnicas tão recentemente adquiridas. Em outras palavras, se a utilidade da alfabetização não está senão naquele conhecimento que somente se pode obter por seu intermédio, cabe fazer com que no próprio contexto dos programas seja embutida a utilização da leitura e escrita.

Na prática, esse caminho tem se mostrado mais como um desafio aos organizadores de programas do que como uma fórmula operacional.

Poderíamos dividir as soluções em dois grandes grupos. Em um estariam aqueles programas em que se tenta oferecer conhecimentos úteis no próprio currículo. No outro grupo estão os programas dentro de instituições, fábricas ou quartéis, onde os alunos já participam da vida da organização.

Vamo-nos deter inicialmente nesta segunda solução. O programa dentro de uma organização oferece antes de tudo um grau de "catividade" dos alunos. A arregimentação para o programa está prevista na vida da organização, os horários são compatíveis, há estímulos à participação e sanções para deserção que é um dos maiores obstáculos.*** O programa ligado a

* Citado em Adult Basic Education, op.cit., p.99 (grifo nosso)

** O. Grebelsky, op.cit., p.17

*** A literatura sugere que os adultos são mais arredios e sensíveis a experiências negativas, abandonando o programa ao menor incidente. Adult Basic Education, op.cit., p.239 e passim

instituições cria restrições adicionais para a deserção, forçando os participantes a superarem fases desfavoráveis.

Porém, o aspecto que nos interessa diretamente é a possibilidade de utilização da leitura é escrita no contexto das próprias atividades da organização. Dada a existência de interesses comuns e atividades assemelhadas por parte de todos os matriculados, torna-se fácil preparar materiais de aplicação que sejam funcionais para todos. Regulamentos internos, instruções de serviço, manuais de uso de máquinas, clubes e associações propiciam inúmeras possibilidades de utilização de rudimentos de leitura.

De fato, os casos mais conspícuos de sucesso de programa são desse tipo. O programa de alfabetização do exército americano durante a segunda guerra é um dos casos mais comumente mencionados. Do mesmo modo, alguns programas em empresas obtiveram considerável sucesso.**

A outra solução consiste em incluir como continuação dos programas de alfabetização conhecimentos de interesse e utilidade para o aluno. De um lado, retorna-se às matérias de cultura geral como história, geografia, ciências; de outro, buscam-se conhecimentos mais práticos que possam encontrar aplicação nas atividades domésticas ou mesmo caseiras. Após o curso, faz-se necessário manter o aluno abastecido de material de leitura através de bibliotecas, jornais de vocabulário reduzido, livros, agremiações, etc.

*Note-se, contudo, que o exército selecionou cuidadosamente aqueles que iriam receber treinamento, preparou materiais especiais, utilizou instrutores de alto nível e recursos financeiros praticamente ilimitados. Além disso, os candidatos tinham uma média de idade de 20 anos e dentre outros critérios, testes de inteligência foram utilizados para escolher 300 mil dentre oito milhões de soldados. Adult Basic Education, op.cit., p.359-360.

Uma variante que alcançou grande notoriedade e, dentro de uma perspectiva muito particular, tem tido sucesso, é o chamado método de Paulo Freire. Através da escolha de palavras que contêm uma carga ideológica poderosa é montado um programa de alfabetização que inevitavelmente obtém um alto grau de interesse e motivação. Há a imediata utilização da leitura como veículo de mensagens com alto teor político. Algumas das idéias de Paulo Freire têm sido utilizadas em todo mundo - inclusive pelo Mobral. Contudo a pedra de toque do método é a explosividade das palavras e temas usados na alfabetização. Um esvaziamento dessa carga emocional pode comprometer o seu sucesso. E, claramente, manter o grau de polarização que ele propõe é temerário. Não parece necessário aqui estendermo-nos mais sobre as possíveis conseqüências de tal aventura.

Na realidade tem sido bastante difícil preparar e operar programas de alfabetização funcional." Dada a invalidade prática ou política das técnicas de engajamento de Paulo Freire, inúmeras tentativas têm sido feitas em diversas direções. Porém é difícil encontrar temas de interesse geral para grupos de idades e atividades muitíssimo distintas.** Pesquisa comparativa de mais de 100 programas de alfabetização mostrou que não há associação entre taxas de deserção e a disponibilidade de material de leitura.*** Igualmente difícil é manter contato com os graduados a fim de que possam ser abastecidos com livros, jornais e outros materiais.

*A idéia de ensinar às pessoas a ler, em conjunção com as qualificações para uma ocupação que exige leitura, é atraente pela sua simplicidade. Contudo, experimentação mais pragmática é requerida a fim de que se determine os tipos de programas capazes de conduzir a uma alfabetização que dê certo e permaneça com a pessoa por toda sua carreira profissional. Secretariado da OECD, "Aid to Education: The need for new strategies" (Paris: DAC-OECD, 1972) p.12.

Adult Basic Education, op.cit., p: 285

*** Literacy Projects, op.cit., p.96

Em consequência, na grande maioria dos programas desse tipo há mais intenções de funcionalidade do que verdadeiramente um conteúdo que tenha um grau de interesse suficiente. Segundo a própria UNESCO, que é sempre muito reticente em suas críticas, os programas proclamam as virtudes da alfabetização funcional mas praticam alfabetização tradicional.*

IV - O Mobral e a Alfabetização

Nesta seção apresentaremos alguns dados numéricos sobre a operação do Mobral e, em seguida, teceremos alguns comentários relativos à sua interpretação. Na Tabela 1 foram consolidadas informações de diversas publicações e documentos do próprio Mobral. Não conseguimos dados sobre o número de graduados no programa de Educação Integral, exceto para 1972; para os demais anos, só foram divulgados dados de matrícula inicial. A comparação dos dados apresentados com outros dados anteriormente publicados, mostra certas discrepâncias. Em publicações anteriores, as taxas de "produtividade geral" eram mais elevadas.**

De acordo com as indicações do Mobral, o programa de "Alfabetização Funcional" tem duração de cinco meses com 2 horas de aulas diárias. A "Educação Integrada" dura um ano, com cerca de 700 horas e seria equivalente aos primeiros quatro anos primários.

Como nos revela a Tabela 1, a taxa de expansão de matrícula é particularmente elevada, passando de 510 mil em 1970 a seis milhões em 1973. Configura-se, portanto, o Mobral como um sistema em rápido crescimento e que atinge já um número considerável de pessoas dentro da população brasileira.

*UNESCO, "Meeting on the Experimental World Literacy Programme: Experimental Functional Literacy Projects." (Paris December, 1969) p.3

RESULTADOS DOS SISTEMAS MOBILIZADOS: MATRÍCULAS E APROVAÇÕES.
 1970/1974

ANO	ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL (1)		EDUCAÇÃO INTEGRADA (2)	
	MATRICULADOS	ALFABETIZADOS	ASSISTENTES	APROVADOS
1970	510.340 (100%)	169.943 (33%)	-	-
1971	2 569.862 (100%)	1 093.066 (44%)	33.000 (1%)	7.920 (0,3%)
1972	4 284.612 (100%)	2 016.000 (47%)	816.940 (19%)	- (5%)
1973	5 032.618 (100%)	2 013.043 (40%)	928.463 (18%)	- (4%)
1974 (3)	2 573.991 (100%)	1 209.775 (47%)	972.178 (38%)	(9%)
T O T A L	14 971.423 (100%)	6 501.318 (43%)	2 750.581 (18%)	(4%)

(1)Fonte: "Quatro Anos de Mobral", Mobral, 1974.

(2)Fonte: "Problèmes Concernants la Supervision et l'Évaluation des Programmes Mobral". Mobral/MEC,1973.
 São há dado de aprovação em Educação Integrada para 1971, ano de implantação deste programa. Os índices de aprovação para os anos seguintes foram estimados tomando-se por base os dados referentes à 1971 na hipótese de que a proporção entre assistentes e aprovados, observada para este ano, houvesse sido mantida.

(3) Os dados para o ano de 1974 referem-se apenas ao primeiro semestre.

Examinando a Alfabetização Funcional podemos verificar que dentre os que começam, entre 33% e 47% chegam ao fim e são considerados alfabetizados. Observa-se uma inflexão em 1972 quando a produtividade atinge o máximo (47%). Já em 1973 há novamente uma queda para 40%.

No programa integrado, o único dado de que dispomos indica uma produtividade de 24%. Nos anos subsequentes, o da do não é disponível. Afirma-se que com a correção de algumas falhas iniciais, a produtividade teria aumentado.

Ainda na mesma tabela podemos ver os índices que tomam como base o número de alunos matriculados.* Podemos ver que em 1971 de cada 100 alunos matriculados, 44 eram considerados alfabetizados, um entrava no curso de educação integrada e 0,3 se graduava na educação integrada. Em 1972, de 100; 47 recebiam diploma 19 entravam no curso de educação integrada, e teriam saído 5 se fosse mantida a produtividade do ano anterior.

Ainda levando em consideração a melhoria na relação conveniado/aprovado e a elevação na taxa de crescimento do programa de educação integrada, mesmo assim é muito acentuado o estreitamento da pirâmide dentro do sistema Mobral. Quase metade não chega ao fim da alfabetização básica e menos de vinte por cento chegam a iniciar a segunda fase. Por muito que tenha sido reduzida a perda dentro desta segunda fase, é inevitável que o número dos que terminaram com sucesso a segunda etapa esteja próximo de um décimo dos que iniciaram.

Informam funcionários do Mobral que é muito frequente pessoas se matricularem pela segunda vez no programa "Funcional". De fato, haveria mesmo em algumas turmas uma vasta proporção de alunos nessas condições e mesmo uma fração não desprezível de matriculados pela terceira vez. Infelizmente não há estatísticas que confirmem essa observação. Cabe pôr ênfase em duas conseqüências. O conteúdo do curso é muito simples, não transmitindo senão técnicas de leitura e es-

* Chamados "conveniados" em vista do Convênio do Mobral com a municipalidade ser estabelecido com base neste número.

crita; um curso repetido é sinal de que o aluno não se alfabetizou da primeira vez, sugerindo dislexia ou disfuncionalidade da alfabetização. Em segundo lugar, há aqui problemas de dupla contagem.^{*} Aqueles que cursam duas vezes são contados como dois analfabetos a menos, quando na verdade deviam ser contados como 1 a mais.

Devemos considerar esses resultados dentro da perspectiva esboçada na seção anterior. Enfatizamos o problema da duração mínima, da regressão ao analfabetismo e da educação funcional.

A duração do Programa "Funcional" é de 300 horas. Esta é exatamente a média de duração dos 133 programas examinados pela UNESCO em 1971.^{**} Em termos de métodos e tipo de programa, situa-se também muito próximo dos outros programas. Distingue-se por outro lado, pela sua imensa escala de operações. Pelo que pudemos assistematicamente verificar, os alfabetizadores nem sempre são professores qualificados, havendo muitas alunas de cursos normais e muitas leigas.

Em 1972, cerca da metade dos alfabetizadores do Mobral não tinha primário completo ou ainda menor escolaridade. Apenas 13% eram normalistas formadas.^{***} Percebe-se por tanto claramente, a fragilidade da formação profissional dos alfabetizadores. Sabe-se que dependendo da maneira pela qual foi conduzido o programa, não há de fato grande desvantagem na utilização de alfabetizadores leigos. Se o programa for bem montado e os manuais eficientes é possível superar a falta de profissionalização do alfabetizador. Não temos condições de avaliar o Mobral neste sentido. Por outro lado, a grande dispersão de níveis de escolaridade faz com que os cri

* Um outro caso de dupla contagem será examinado mais adiante, na seção VI.

** Literacy Projects, op.cit., p.25

*** Pesquisa feita pelo Mobral, incluindo dois terços do total de alfabetizadores. Citada em La Experiencia brasileña de Alfabetización de Adultos - el Mobral (Paris:UNESCO, 1974), p.28.

térios subjetivos de avaliação sejam bastante precários. Cada um julga a seu modo o que é exigido para a emissão do diploma.

Um outro aspecto negativo é a grande rotatividade dos alfabetizadores. No município de São Paulo 32% foram substituídos em um ano.* A falta de treinamento formal pode ser substituída pela experiência, mas não havendo nem escolaridade nem experiência, os resultados ficam comprometidos.

Disponibilidade e distribuição de material didático de qualidade aceitável tem sido uma das deficiências sentidas por muitos programas. Este problema parece haver sido resolvido satisfatoriamente pelo Mobral, situando-o portanto nesse particular dentre os melhores programas. De qualquer forma, a estrutura do programa e o seu conteúdo estão muito próximos daquilo que se vinha fazendo em dezenas de outras experiências **

Cabe neste ponto especular sobre a elasticidade do termo "alfabetização funcional". Tal como foi concebido pela UNESCO, projetos de alfabetização funcional seriam "o componente de alfabetização de projetos de desenvolvimento na indústria, agricultura, irrigação, obras públicas, construção, etc., conduzindo ao final a uma relação mais íntima entre as exigências técnico-vocacionais e a alfabetização..."*** É a própria UNESCO quem já em 1969 recusa versões simplistas,

"como se a substituição mecânica do vocabulário tradicional por vocabulário técnico fosse tudo que se faz necessário em um programa técnico. Outra concepção errônea é pensar que um trabalho de alfabetização tradicional pode tornar-se funcional pela mera justaposição de um número de lições sócio-éticas visando mudar as percepções do analfabeto ou sua atitude com relação ao

*

Ibid, p. 29

**

Ibid, capítulos 4 e 5

UNESCO, "Experimental Functional Literacy Projects" - Working paper (Paris: 1969) p. 16

trabalho. Outro enfoque igualmente simplista é meramente enfatizar técnicas práticas, o uso de métodos agrícolas e o uso de textos técnicos como material de leitura."*

O programa que o Mobral intitula "Alfabetização Funcional" é montado sobre uma cartilha com livros de exercícios correspondentes. Este material é seguido por dois livros de leitura continuada "que tem por objetivo desenvolver habilidades de leitura, despertar o gosto do aluno pelo trabalho, desenvolver a criatividade, criar hábitos de higiene e saúde ensinar a viver em comunidade, dando assim oportunidade ao aluno de transferir a aprendizagem para sua vida diária. Um dos livros é destinado à formação do cidadão, ensinando-lhes seus direitos e deveres". Além disso, o Mobral distribui um jornal quinzenal "que tem por fim incentivar e exercitar a leitura do alfabetizando, mantendo o aluno e a comunidade atualizados com as últimas notícias do País e do Mundo!"**

Fica bastante claro que o programa de "Alfabetização Funcional" do Mobral não poderia ser considerado como tal, dentro dos padrões da UNESCO, estabelecidos antes do início das operações do Mobral. Seria mais preciso enquadrá-lo como um programa convencional onde foram evitados erros logísticos óbvios ainda que de difícil resolução e cujo material didático é cuidado e bem apresentado.

Se caracterizamos o Mobral como um programa típico aplicam-se a ele os comentários e críticas de que vêm sendo alvo outros programas do mesmo tipo. Comentando sobre os doze programas experimentais patrocinados pela UNESCO na década de sessenta, o seu diretor-geral, Sr. Rene Mahen, afirma que "A disparidade entre as metas quantitativas dos projetos e os resultados reais até então atingidos é tão flagrante que há necessidade de medidas vigorosas seja em reajustar as primeiras ou melhorar os segundos, senão ambos!" nos

Ibid, p. 5

Sistema Mobral, op.cit.

referimos ao consenso dos peritos de que nestes programas curtos e sem conexão direta com a vida profissional do indivíduo, será grande o número daqueles que regridem ao analfabetismo. Neste ponto, é inevitável a suspeita de que isto possa estar ocorrendo com o Mobral.

Uma certa garantia de retenção das técnicas de leitura e escrita seria conferida pela "Educação Integrada", onde há mais tempo para a sedimentação e exercitação do conhecimento. Contudo, esta somente atinge 20% dos que entraram, havendo ademais uma perda neste ciclo. É a muito poucos, portanto, que o Mobral oferece esta maior garantia.

Outra questão que merece ser tocada é o critério de aprovação exigido para a diplomação. Casos isolados de fraudes não vêm ao caso; como corretamente afirma o seu ex-presidente, "ridículo é imaginar que essas raras exceções configurem algum pecado mortal do Mobral!"* O que nos interessa são as normas, os critérios usuais de aprovação.

O "Decálogo do Mobral" é a base da avaliação" segundo o qual, se considera o aluno alfabetizado quando é capaz de com relativo desembaraço: ler e escrever seu próprio nome e endereço...; escrever pequenos bilhetes...; resolver pequenos problemas simples...; somar ou conferir notas de compras...!** Verifica-se portanto tratar-se de um critério subjetivo, preso ao julgamento da professora. Torna-se particularmente difícil avaliar no todo o significado dessas exigências. Alfabetizadores e orientadores do Mobral, em entrevistas informais enfatizaram a precariedade dos critérios, indicando que é prática difundida conferir o diploma como prêmio ao esforço ou assiduidade, a alunos que não revelaram aproveitamento suficiente. Alguns afirmaram ser muito penoso negar o diploma nesses casos, que de resto, eles consideram muito frequentes.

Vale a pena lembrar a atitude da UNESCO com relação ao Mobral. Como organismo internacional extremamente vulnerável a pressões políticas dos países membros, a UNESCO ja-

* "O Mobral e os Utopistas", Educação Ano II nº 7 (1973)p.57
Sistema Mobral, op.cit.; sem página.

mais formula críticas nas avaliações que faz das experiências educacionais. As críticas somente são formuladas em documentos gerais, sem que haja referência a algum País em particular. A fim de manter a qualidade profissional dos seus relatórios, nos casos em que não seria possível omitir um juízo negativo ou pelo menos comentários cãusticos sobre alguns aspectos, a política da UNESCO é a omissão. Assim é que, o trabalho da UNESCO* descreve a organização e funcionamento do Mobral, sua estrutura de financiamento e os tipos de curso oferecidos. Além disso, repete as estatísticas do Mobral**, bem como as interpretações oficiais. O capítulo de resultados tem apenas cinco páginas, onde somente meia página cabe ao "Rendimento qualitativo". O leitor atento poderá verificar a ausência de menção aos grandes temas de avaliação como regressão ao analfabetismo, etc. De fato, o autor do trabalho não avaliou o Mobral, mas simplesmente compilou informações oficiais.

É pertinente enfatizar que boa parte da discussão desta seção tem o caráter de circunlóquio. Através de argumentos elaborados, extrapolações e comparações internacionais estamos tentando estimar o que estaria acontecendo com o Mobral. Todos estes exercícios seriam redundantes se dispussemos de melhores estatísticas e de algumas pesquisas simples de "follow-up" de ex-alunos.

V - Quanto custa Alfabetizar?

A Fundação Mobral recebeu em 1974 recursos da Loteria Esportiva, (CR\$ 151.260.200,00), do Imposto de Renda (CR\$ 56.350.000,00), do Orçamento da União (CR\$ 1.212.300,00) e de Fontes Diversas (CR\$ 28.461.536,00), perfazendo um orçamento total de CR\$237.284.036,00. ***

* La Experiencia brasileña de Alfabetización de Adultos - el Mobral, op.cit.

** Pelas suas normas de funcionamento a UNESCO não pode questionar as estatísticas oficiais dos países, sendo obrigada a aceitá-las sem críticas ou comentários diretos.

*** Sistema Mobral, op.cit.

O Mobral firma convênios com os municípios, pelos quais se obriga a fornecer material didático (CR\$6,07 por convênio em 1973), ao pagamento de CR\$24,00 para cada aluno que atingir o quarto mês, a treinar os alfabetizadores etc. O custo de material didático e pagamento de professores por aluno matriculado era portanto de CR\$30,07, em 1973. Supondo-se uma produtividade de 52%, os custos por alfabetizado sobem para CR\$57,62.*

Pressupondo que haja uma fração dos alfabetizados que regridem ao analfabetismo, haveria portanto um custo ainda mais alto para o aluno permanentemente alfabetizado. Apenas para fixar idéias, poderíamos supor que metade dos diplomados regridem ao analfabetismo. Isso eleva os custos para CR\$115,24.

Para a educação integrada não obtivemos dados de custo. Por aproximação podemos estimar os custos por aluno matriculado em cerca de CR\$75,00 em 1972. Tomando a produtividade em 1971 (24%) o custo do concluinte passa para cerca de CR\$310,00.

Vemos portanto que, uma vez levadas em consideração as perdas do sistema, a educação não é tão barata como sugerem os dados iniciais de pagamento de professor e material didático.

Outro aspecto a se considerar é que os custos apresentados acima incluem apenas as despesas do Mobral. O programa geralmente recebe recursos estaduais, recursos municipais e recursos da comunidade.** Lamentavelmente não há quaisquer estatísticas do Mobral que indiquem a magnitude do esforço financeiro e "in natura" das comunidades. Entendemos que as comunidades mais prósperas complementam substancialmente as dotações do Mobral. A remuneração média de CR\$ 96,00 por

Ibid,

As doações do Mobral podem ser deduzidas dos lucros operacionais das empresas.

mês não é julgada suficiente para atrair professores qualificados. Em uma cidade do interior de Minas Gerais, para a qual os dados estavam disponíveis, verificamos que a contribuição do Mobral Central é de 43% do total dispendido, outros 43% cabendo ao município e 14% a doações da comunidade.

Esta é uma cidade relativamente próspera e portanto sua participação seria maior do que em muitas outras. De qualquer forma, os custos unitários para uma eficiência de 52% no programa funcional sobem para CR\$134,00. No Programa Integrado os custos seriam de CR\$174,00 por aluno. O custo para os 24% que se graduam na Educação Integrada seria de CR\$721,00.

Na cidade de São Paulo onde é muito grande a participação do programa, segundo o Presidente da Comissão Municipal do Mobral, 88% da verba vem do município; 10% do Mobral Central e 2% da comunidade. Vê-se portanto confirmada em outro exemplo, a elevada participação de outras fontes de financiamento na operação dos programas do Mobral.

Se ao invés de considerarmos programas, pensarmos em termos de ano, teríamos que multiplicar por dois o custo da Alfabetização Funcional, para tornar o dado comparável ao custo do ensino primário. Não cabe aqui seguir repetindo este tipo de exercício, mas simplesmente mostrar que, os custos do Mobral inevitavelmente se aproximam dos custos do ensino fundamental quando consideramos as perdas, quando suplementamos as verbas Federais a fim de oferecer salários que possam atrair professores melhor qualificados, e quando consideramos o custo por unidade de tempo.

E isto por uma razão muito simples: a única rubrica importante no custo da iniciação escolar é o pagamento do professor. As manipulações substantivas sobre o montante total dos custos terão que ser feitas com sacrifício dos níveis salariais e qualidade dos professores, seja isso no Mobral ou no ensino fundamental.

Jornal do Brasil, 23-9-1973, o dado não foi verificado com a fonte.

É bem verdade que o Mobral agiu muito acertadamente ao produzir material didático de boa qualidade em alta escala. Mas isto apenas tornou muito baixo os custos de material, fazendo ainda neste caso as diferenças de qualidade de ensino dependerem da taxa de salário dos professores. É de qualquer forma lamentável que o ensino fundamental não opere com material didático tão adequado quanto o Mobral.

A participação do Governo Federal nos oito anos do ensino de primeiro grau é aproximadamente de CR\$850.000.000,00 em 1974, decorrente do salário-Educação e de 20% do Fundo de Participação. A verba do Mobral é de CR\$237.000.000,00 no mesmo ano para programas de alfabetização. Note-se que estamos comparando em ambos, os casos apenas das verbas federais.

Para comparar com os gastos totais do Mobral com o total de recursos gastos no ensino fundamental (Verba Federal e contribuição dos Estados e Municípios), seria necessário dispor de informações sobre o total de recursos mobilizados pelo programa do Mobral, incluindo a participação de Estados e Municípios. Não temos informações sobre estes dados mas tudo faz supor que se trata de recursos muitíssimo maiores do que a dotação do Mobral Central, da mesma forma que o orçamento federal para o ensino fundamental cobre apenas uma pequena parcela do total de recursos.

Por tradição, pressões orçamentárias e outras razões, e baixo o montante de recursos alocado para material didático, equipamentos audio-visuais, testes de seleção e o próprio equipamento básico da escola primária. Algumas estimativas indicaram que o total destes custos não atinge 1% do custo social por aluno. Diante desta situação, os recursos que estão sendo utilizados pelo Mobral, se canalizados em parte para os anos iniciais do ensino de primeiro grau poderiam gerar transformações de ordem a modificar o panorama geral da educação primária.

VI - Alfabetização e Produtividade Econômica.

A década de 1960 presenciou o surto de uma vasta literatura que tentava encontrar nas variáveis educacionais a determinação dos níveis de produtividade econômica. Teoricamente respaldado pelos conceitos de capital humano buscava-se justificar gastos em educação com base nos acréscimos de produtividade que resultariam. De fato, o acúmulo de estudos nesta área sugere enfaticamente que inversões em educação podem gerar acréscimos individuais de produtividade e que tam bém o processo de desenvolvimento da sociedade é positivamente afetado pelo esforço educacional.

Contudo, criou-se uma certa ortodoxia nesta área. Todo e qualquer tipo de educação passou a ser considerado como investimento socialmente produtivo. Que isto não é verdadeiro é relativamente fácil demonstrar. De um lado temos a evidência de estudos históricos e, de outro, já há algumas pesquisas empíricas constatando que certas modalidades de educação ou não afetam os níveis individuais de produtividade ou, têm apenas efeitos redistributivos.*

O questionamento de certas situações específicas é portanto, estritamente compatível com a idéia de que educação e desenvolvimento estão indissolúvelmente associados. Não abala a confiança que temos no poder da educação perguntar quais os efeitos da alfabetização sobre os níveis de produtividade da mão-de-obra.

Em um estudo conhecido, Anderson mostrou que a revolução industrial inglesa foi feita com uma fração majoritária de operários não alfabetizados. A escolarização dessa força de trabalho é muito mais um efeito da industrialização. De fato, estes autores generalizam seus resultados para o Japão, Rússia e França mostrando que não tem sido necessário mais do que 40% de alfabetizados para a industrialização de uma sociedade.**

* Para uma elaboração mais detalhada e fontes bibliográficas destes argumentos ver C.M. Castro, "Pesquisa em Economia da Educação: Uma Agenda", Pesquisa e Planejamento, 1974.

** A.C. Anderson, "Literacy and Schooling on the Development Threshold in Education and Economic Development" compilado por C.A. Anderson e M.J. Bowman (Chicago: Aldine, 1965).

É curioso também observar que F. Harbinson e C. Myers construíram o seu índice de desenvolvimento de recursos humanos baseado na matrícula em nível secundário e universitário, excluindo portanto o nível primário.* É fácil verificar que a exclusão do primário se deve ao fato de que a correlação desta variável com o índice de Desenvolvimento Econômico (0,67) é consideravelmente mais baixa do que a correlação do Desenvolvimento Econômico seja com o índice de recursos humanos (0,88) ou com matrícula no secundário (0,82). Em outras palavras, a relação entre desenvolvimento econômico e ensino primário não é muito estreita.

I. Berg reuniu diversos estudos onde se verifica que não há associação entre escolaridade e indicadores físicos de desempenho. J. Simmons realizou uma pesquisa em indústrias tradicionais de sapatos na Tunísia, verificando que a produtividade dos operários não era afetada pelo número de anos de escolaridade.***

Estes estudos não mais do que ilustram a idéia de não-inevitabilidade de todos os benefícios atribuídos à educação. A estes, naturalmente, se poderia contrapor um número maior onde a educação gera resultados extraordinários.

Na realidade, no Brasil não dispomos de qualquer estudo onde se possa verdadeiramente avaliar os benefícios econômicos da alfabetização de adultos, ou mesmo do efeito de um ou dois anos de escolaridade durante a infância.

Aparentemente esta seria uma tarefa fácil, bastando para isso comparar perfis de idade-renda de analfabetos e alfabetizados, atribuindo os diferenciais observados à educação. Isto, inclusive, tem sido feito diversas vezes no Brasil. E, sem dúvida, observam-se amplos diferenciais de renda entre alfabetizados e analfabetos.

* Education, Manpower and Economic Growth, (N. York: McGraw-Hill, 1964) capítulo 8.

** Educations and Jobs (Boston: Beacon Press, 1971).

*** "The Income Benefits from Formal and Informal Education: Estimates for a socio-economic model", mimeo, 1972.

**** Para uma avaliação dos estudos feitos veja-se C.M. Castro. "Investimento em Educação no Brasil: Comparação de Três Estudos", Pesquisa e Planejamento, 1971.

Porém, há falhas metodológicas sérias que não puderam ser evitadas nestes estudos. E isto porque são em verdade muito difíceis de serem contornadas. Mas se queremos de fato entender o papel da alfabetização, não podemos ignorar algumas das variáveis cujo efeito não pode ser detectado pela associação simplista de níveis de educação com níveis de renda. Enfatizamos, não fica em absoluto demonstrado o efeito econômico de um programa de alfabetização quando constatamos que os diplomados obtêm maiores níveis de rendimentos.

Especialmente em uma economia em transição, de setor a setor, são muito acentuadas as diferenças no equipamento que os operários têm a sua disposição. Um maior montante de capital e tecnologia levam a um nível de produtividade mais elevado, e há ampla evidência de que não há empenho por parte dos empregadores em pagar realmente o mínimo permitido pela competição no mercado de trabalho e em particular, de ir abaixo do mínimo legal. Portanto, dada a oferta quase ilimitada de mão-de-obra de baixo nível, o empregador vê-se defrontado com um excedente de oferta. A maneira mais fácil de reduzir a quantidade de pretendentes a um número manipulável pelo seu departamento de pessoal é aumentar as exigências educacionais. Como resultado observável estatisticamente, os escolarizados, por trabalharem em firmas mais produtivas ou mais capitalizadas, obtêm médias de rendimento mais elevadas.

Uma análise ocupacional das posições hoje ocupadas por operários que não completaram o primário nas firmas de maiores níveis salariais — as únicas ocupações que os recém alfabetizados poderiam aspirar — provavelmente revelaria que de fato no desempenho de suas tarefas, a leitura e escrita são praticamente dispensáveis.* Mesmo a indústria moderna e altamente capitalizada tem uma fração considerável de ocupações onde não há qualquer funcionalidade para os conhecimentos de leitura ou escrita no exercício da ocupação. **

*

Para uma versão mais elaborada desta idéia ver nosso trabalho em co-autoria com Alberto de Mello e Souza - Formação da Mão-de-Obra Industrial: Mobilidade, Treinamento e Produtividade, (Guanabara, IPEA/INPES 1974).

Certamente que alguma funcionalidade indireta existe na administração da Mão-de-Obra, assinatura de documentos, ordem in ternas de serviço, etc.

Segundo esta hipótese, a alfabetização funcionaria como um certificado para a transferência de um setor de mais baixa para um setor de mais alta remuneração. Sob o ponto de vista pessoal, a transferência é claramente vantajosa. Mas, socialmente é um mero jogo de soma zero, o que um ganha outro perde; não haverá benefício líquido, apenas uma redistribuição de posições.

Já para alguns autores, o diploma seria uma credencial, um certificado de que o portador possui qualidades pessoais superiores, que foram necessárias para vencer a barreira da escola. Vale não o que se aprende no curso mas o diploma como certificado de maior inteligência, motivação etc. No entanto não haveria, sobre esta outra hipótese, benefícios sociais da educação que pudessem ser atribuídos a qualquer diferencial de renda observado.*

Existe também outro aspecto "credencialista" da questão. Sem qualquer relação com as exigências naturais da ocupação legislam-se ou definem-se certos diplomas ou credenciais necessários para o exercício da função. Isso gera demanda por educação; de fato, nada mais fácil no Brasil de hoje do que dar exemplos desta situação. Mas, na medida em que a exigência é artificial, uma criação do direito ou uma convenção, a produção destas credenciais passa também a ser artificial. O ensino ritualiza-se, o resultado passando a ser diploma e não a educação. Algo deste tipo está acontecendo com a alfabetização.

Na realidade, não conhecemos qualquer pesquisa que avalie o diferencial de renda entre graduados do Mobral e analfabetos. Não sabemos ao certo se existe ou não este diferencial. Mencionamos simplesmente o pouco crédito que mereceria caso fosse observado, sem que outras precauções fossem tomadas.

* Para uma resenha e bibliografia do assunto ver C.M. Castro, "Pesquisa em Economia da Educação: Uma Agenda, "Pesquisa e Planejamento, julho-1974), p. 393.

Julgamos particularmente importante realizar uma pesquisa onde se tomem as precauções necessárias para contornar as dificuldades metodológicas apontadas. Examinando a situação dos alunos do Mobral pudemos observar uma variedade muito grande de níveis sócio-econômicos.

Pequenas variações na composição etária ou ocupacional do grupo experimental (graduados do Mobral) ou de controle (Analfabetos) será suficiente para inverter o sinal dos resultados. As próprias variações na composição da turma de ano a ano ou de cidade a cidade já criariam distorções inaceitáveis.

Possivelmente um "research design" longitudinal seria mais confiável. Seriam identificados graduados do Mobral e sua carreira ocupacional seria levantada, buscando-se encontrar possíveis efeitos do curso sobre a sua trajetória profissional.

Face a inexistência de tais estudos, não resta senão especular mais sobre o que poderia estar acontecendo. Nas seções anteriores demos bastante ênfase ao fato de que a alfabetização nem é útil em si, nem é irreversível como aprendizado. A rigor, a reversibilidade decorre exatamente da sua não-funcionalidade.

Discutindo questões de desempenho profissional, poderíamos esperar da Educação duas categorias de conseqüências. De um lado, a educação busca criar um maior repertório de operações mentais, maior capacidade analítica, enfim, busca ensinar a pensar. De outro lado, a leitura é uma pré-condição para adquirir informações úteis.

Ora, já enfatizamos que a leitura é uma técnica de baixo nível de dificuldade. Para aqueles que apresentavam as pré-condições para o seu aprendizado, a leitura acrescenta pouco em termos de disciplina intelectual, hábitos de raciocínio etc. Estas são aquisições que poderão resultar da permanência no sistema escolar e do trato com as disciplinas acadêmicas. A alfabetização em si nem remotamente poderia desenvolver estas características que tornam o homem mais produtivo, mais versátil, mais criador e mais independente.

Por outro lado, informações úteis para o trabalho não são tampouco transmitidas em um programa de alfabetização. O domínio da leitura poderia mais adiante permitir fazer outros cursos ou ler sobre assuntos relacionados com a ocupação exercida, ou mesmo, parte do trabalho pode incluir comunicações por escrito. Contudo, não há qualquer garantia de que a ocupação exercida ou os contatos profissionais levem ao uso da língua escrita ou que haja cursos de alguma forma relacionados com a carreira profissional do indivíduo.

O argumento acima desenvolve-se em linhas paralelas ao apresentado anteriormente (Seção III). O conhecimento da leitura e escrita é apenas uma técnica, uma pré-condição para o aprendizado de estilos de raciocínio mais refinados e do domínio de informações úteis. São somente as condições de vida e de trabalho que irão ditar se o esforço de alfabetização será um primeiro passo em um processo de desenvolvimento pessoal, ou uma experiência fracassada pela disfuncionalidade da leitura no contexto da vida do indivíduo.

VII.- Quem pode se Beneficiar do Mobral?

Cabe agora talvez, à guisa de recapitulação, retornar a um outro argumento já anteriormente tratado: há uma fração ponderável da população que não apresenta as pré-condições para ser alfabetizado nos prazos do programa.

Isto pode nos levar à conclusão cautelosa de que o processo de alfabetização é o menos importante no sucesso do programa. Crucial é a identificação daqueles que têm o desenvolvimento cognitivo e emocional necessário, e após a alfabetização garantir as condições de utilização da técnica adquirida.

Não cabe aqui subestimar as dificuldades logísticas ou didáticas de se montar e operar um programa amplo. De fato, há abundantes indicações de que boa parte dos programas existentes falham já na parte financeira e logística. Sucessos na operação de programas deste tipo podem ser considerados com grande respeito.*

•

Literacy Projects, op.cit p. 115.

Contudo, a despeito destes sucessos em superar obstáculos que claramente vinham comprometendo o sucesso de muitos programas, é forçoso reconhecer a relativa incapacidade de um programa de cinco meses, dirigido por instrutores com qualificações sofríveis para alterar substancialmente a trajetória da vida de uma grande parte daqueles que se inscrevem.

Se o importante é o que vem antes e o que vem depois, caberia especular sobre o tipo de participante que poderia se beneficiar do programa. É possível tornar a discussão mais concreta examinando um levantamento de alunos do Mobral nos municípios de Niterói e Nova Iguaçu.* Cabe lembrar que foi muito feliz a escolha da amostra pois o IBGE considerará que a população destes municípios se distribue em muitos atributos de maneira bastante semelhante à da população brasileira.

A distribuição de idade nos revela já algo surpreendente. Na faixa de 10 a 18 anos estão 58% dos alunos, sendo que 39% tem menos de 15 anos. Acima de 40 anos há apenas 12%** Vê-se, portanto, que a clientela não é predominantemente de adultos mas sim de adolescentes, que sequer atingiram a idade legal para trabalhar, apesar da prioridade estabelecida pelo Mobral para o atendimento da faixa de 15 a 35 anos.***

* Nair Paiva Speranza, "A Clientela do Mobral", Tese de Mestra do PUC/RJ, s.d.

** É pertinente lembrar as dificuldades pedagógicas criadas pela grande dispersão de idades. Este problema foi observado em Israel onde "falharam as tentativas de colocar jovens com menos de 18 anos nas mesmas classes que adultos" Ora Grebelsky op.cit

*** À luz destes dados, parece logo desfocalizada a discussão recente sobre o Mobral Juvenil que atenderia à faixa de 9 a 14. Considerando a frequência atual de alunos nesta faixa de idades, não cabe perguntar se o Mobral deveria passar a atender aos adolescentes, mas sim se deveria continuar atendendo ou deixar de atender. A decisão "de facto" já foi tomada pelo próprio Mobral ao matricular 39% nesta faixa (pelo menos na amostra considerada). Trata-se agora de referendar ou contestar o que já foi feito. Note-se que nas Regiões do Norte e Nordeste, 68% dos alunos tinham menos de 25 anos. Até 17 anos havia 43% e 26% dos matriculados tinham não mais do que 14 anos. Já em Salvador, 60% dos participantes tinham menos de 20 anos. (La Experiencia brasileña..., op.cit., p.31-32). Con firma-se pois a baixa idade dos alunos.

Dos 59% que já haviam frequentado a escola, a grande maioria está concentrada nesta fração mais jovem.* Isto é, parece haver uma correlação acentuada e inversa entre escolarização prévia e idade.

Três implicações importantes já podem ser notadas. Como 38% permaneceram na escola um ano ou menos, pode-se concluir que a escola terá sido para estes uma experiência pouco satisfatória. Voltar a um programa de alfabetização após uma experiência escolar significa que, ou não houve durante a escola as pré-condições para o aprendizado, sendo a deserção um sintoma desta ausência, ou houve regressão a uma situação analfabetismo. Em qualquer dos casos, a frequência prévia escola indica a presença de um síndrome de fracasso.

A segunda inferência diz respeito à futura clientela do Mobral. Quarenta e três por cento dos analfabetos do Brasil têm mais de 40 anos, estando em faixas de idade onde o analfabetismo atinge taxas de 40% ou mais. Se é possível questionar a eficácia do programa hoje, onde 58% tem menos de 19 anos, as dificuldades irão se tornar muito mais sérias quando as faixas a serem alfabetizadas forem estas de mais de 40 anos. Supõe-se que a partir desta idade a alfabetização torna-se muito mais difícil.

É interessante, ainda que algo desapontador, notar uma dupla contagem na redução do analfabetismo. Os 59% que haviam frequentado a escola já eram provavelmente contados no censo como alfabetizados. Ao receberem o diploma, serão novamente tabulados na categoria dos recém-alfabetizados. Apenas para ilustrar, se supuséssemos que estas proporções fossem válidas para o Brasil, de cada dois diplomas expedidos, haveria a nível censitário apenas um analfabeto a menos.**

*

Em entrevistas com o autor, orientadores e coordenadores do Mobral sugeriram que estes alunos pré-escolarizados obtinham melhor rendimento durante o programa. Se isto puder ser generalizado, a situação é ainda mais grave para os demais.

**

Na Região Norte, 42% dos alunos já haviam frequentado a escola anteriormente, o mesmo se dando com 36% no Nordeste. La Experiencia Brasileña..., op.cit.; p.31

Os argumentos apresentados acima sugerem que a desbito de previsíveis melhorias na eficiência interna da orga-
nização, o problema, o desafio tende a se tornar cada vez
mais difícil. As turmas se tornarão mais e mais refratárias
alfabetização funcional. Virão os mais velhos, os mais ar-
madios, os menos desenvolvidos cognitivamente e os que menos
so têm para a leitura e escrita.

Cabe perguntar se não seria o caso de redefinirem-
as metas do Mobral? Ao invés de postular-se 10% de analfa-
betismo para toda a população, estabelecer-se níveis diferen-
tes para cada faixa etária. Assim, por exemplo, 10% ou menos
seria o alvo para a população urbana de menos de 30 anos; en-
tre 10% e 20% na faixa urbana de 30 a 40 anos e assim por dian-
te. A prática de fixar-se metas que de fato podem ser atingi-
das talvez seja um dos sólidos indicadores de maturidade de
o governo.

Examinando os níveis de educação dos pais (61% pai
44% mãe) poderemos mais uma vez identificar a clientela do
obral como incluindo mais da metade de famílias escolariza-
das com filhos escolarizados. Vemos então confirmado o que
hávamos mencionado antes: O Mobral funcionando como corre-
tivo para uma escola fundamental de má qualidade mais do que
como uma compensação pela ausência desta escola.

O exame da estrutura ocupacional dos alunos revela
que 68% não tem ofício. Na realidade, 39% da amostra não po-
deria ter emprego por estar na faixa de 10 a 14 anos. Dos 19%
entre 15 e 19 anos uma boa proporção não poderia a rigor con-
siderar-se desempregada, tendo em vista as médias de idade de
início de carreira. Portanto, a fração dos realmente desem-
pregados estará provavelmente entre 10% e 20%.

A imprecisão destes dados de desemprego nos impedem
de ir mais longe nesta direção. Contudo, o exame do nível
ocupacional nos revela algo importante. Há 11% dos alunos
em ocupações manuais semi ou não especializadas.* E, 15% em

* É pertinente notar que dentre estas ocupações foram inclui-
das algumas que facilmente poderiam ser consideradas como
qualificadas: bombeiro, contínuo, operário, padeiro, pedrei-
ro, etc. Ibid., p.106.

ocupações manuais especializadas. Isto é, o Mobral atende a uma ampla clientela de operários qualificados. Uma das idéias centrais deste trabalho é a contingência de sucesso do programa à aplicabilidade do conhecimento na vida profissional. Dentre todos os alunos matriculados poderíamos afirmar que os melhores prognósticos de sucesso estariam com os 15% que tem ocupações qualificadas. Este caso representa a situação mais favorável para um programa de alfabetização. Um analfabeto em ocupação qualificada está em situação de incongruência de status. Não apenas o prestígio, mas a natureza da ocupação exigem a leitura e escrita. Em outras palavras, há uso nítido e premente para a alfabetização. Podemos daí inferir que a motivação será suficiente para concluir o curso com sucesso e o uso imediato garante que não haverá extinção do conhecimento.

Os operários não qualificados têm possibilidades mais remotas de utilização dos conhecimentos. Contínuos, certamente estarão operando em um meio onde as pressões são grandes no sentido de forçar o uso da língua escrita. Já pedreiros terão muito menos estímulos nesse sentido.

Os desocupados são uma incógnita. Além de ficarmos desconhecendo o seu número através desta pesquisa, para estes, é até possível que a regressão ao analfabetismo ocorra antes que consigam emprego.

É importante enfatizar o fato de que há mais operários qualificados do que não qualificados na amostra do Mobral. Isto indica uma super representação daquele primeiro grupo, já que há menos operários qualificados do que não qualificados e que há, ainda, menos operários qualificados e analfabetos.

Vemos, portanto, que o segundo grupo modal da amostra - o primeiro sendo o dos adolescentes - corresponde a uma faixa ocupacional muito delgada. É razoável supor que em um período relativamente curto esta faixa estará esgotada e a matrícula do Mobral penderá para grupos mais refratários à alfabetização.

O sucesso do Mobral avaliado pelas suas estatísticas de deserção e reprovação, deve ser visto em sua devida perspectiva tendo em conta a sua clientela. O trabalho que examinamos, embora não pretenda ser representativo do Brasil, é pelo menos sugestivo. Uma leitura crítica das estatísticas apresentadas mostra uma clientela muito jovem (39% de 10 a 14 anos), com experiência prévia de escolarização, predominando dentre os adultos pessoas com ocupações qualificadas (15% que é o grupo modal dos empregados). Este é o perfil mais favorável para um processo de alfabetização: adolescentes ou jovens adultos bem empregados.

Ainda assim, os níveis de fracasso são elevados, cerca de metade não consegue o diploma, e, um número desconhecido estaria regredindo ao analfabetismo. Não se trata de crítica ao esforço meritório do Mobral, pois já tentamos caracterizar a inevitabilidade destes resultados. Tentamos frisar a iminência de que estes problemas se tornem mais graves, com a inevitável mudança no perfil da clientela do Mobral. Ainda mais sombrios ficariam os prognósticos se lembrássemos que 43% dos analfabetos do Brasil têm mais de quarenta anos e destes relativamente poucos (12%) chegaram a matricular-se nas escolas do Mobral pesquisadas.

De fato, já foi observado um aumento nas estatísticas de deserção e reprovação, provavelmente refletindo a presença de pessoas mais difíceis de serem alfabetizadas.

Ver a seção anterior.

VIII - C o n c l u s o e s

Analfabetismo é sintoma de um tipo de sociedade e da falência do sistema educacional regular de implantar as bases de uma sociedade onde todos participam do universo aberto pela palavra escrita. Tentar eliminar o analfabetismo "tout court" é simplesmente eliminar o sintoma, desprezando as suas causas. Analfabetismo não é "vergonha nacional"; mas apenas um indicador superficial de uma organização social que historicamente é muito mais onipresente do que a "alfabetização universal". Enquanto a organização social dispensar a leitura e escrita em certas faixas sociais e, enquanto a escola não manter seus alunos por tempo suficiente para impedir a regressão dos conhecimentos de leitura, então o analfabetismo será uma consequência natural. Não tentamos justificar este status quo mas tão somente mostrar que é quase inútil agir sobre o sintoma sem enfrentar o problema mais difícil que é a supressão das suas causas.

É lamentável que tenhamos sido incapazes de eliminar as causas do analfabetismo no Brasil. Mas é preciso enfrentar com realismo o fato de que ainda não é possível oferecer exceto um arremedo de soluções para uma fração ampla dos analfabetos brasileiros. Tentar agir sobre apenas o sintoma é criar ilusões que serão frustradas e deixar de utilizar recursos de grande magnitude com pessoas a quem a educação poderá verdadeiramente beneficiar.

Que a educação fundamental seja e deva ser um direito de todos parece ser uma premissa incontestada de nossa sociedade em processo de industrialização. Contudo, se os recursos são insuficientes e há algumas pessoas cuja "alfabetização funcional" custaria o sacrifício de deixar de alfabetizar talvez cinco ou dez outras, parece razoável propor que primeiro se cuide daquelas que têm as melhores perspectivas de serem aceitavelmente educadas por um custo modesto.

Muitos dos que tentam o Mobral somente poderiam ter sucesso em um programa que pudesse prestar uma atenção muito

mais individualizada, por período muitíssimo mais longo e submetidos a métodos de tratamento de dislexia com pessoal especializado. Outros teriam que ser colocados em situações excepcionalmente motivadoras ou sob sanções, para que não abandonassem o programa. Na prática isto tem se mostrado muito difícil de realizar. Ainda para um número muito substancial, tem sido muito difícil criar as condições requeridas para que não ocorra a regressão. Não discutimos aqui soluções impossíveis ou tecnicamente inviáveis, mas simplesmente, soluções de custos exorbitantes.

Um programa de alfabetização deveria concentrar-se naqueles candidatos em quem se pudesse identificar a promessa de sucesso, conjugada com perspectivas favoráveis de fixação do conhecimento adquirido:

A garantia de consolidação das técnicas aprendidas deveria resultar de duas orientações. Em primeiro lugar, o programa inicial de cinco meses deverá ser considerado como uma fração inaceitavelmente curta e limitada do processo mínimo de escolarização. É questionável se algum diploma deveria ser dado em um período inferior a um ou dois anos. A julgar pela experiência de outros países, há problemas sérios na preparação de material de leitura de autêntico interesse e utilidade para o alfabetizado, portanto ênfase continuada deveria ser dada à preparação e teste deste material.

A outra orientação, muito mais segura em termos de resultado, seriam os programas dentro de organizações e empresas. Quase todos os casos de sucesso em programas curtos de alfabetização tiveram lugar em empresas ou no Exército. Se há algum modelo a ser imitado provavelmente é este. Não se trata simplesmente de operar o mesmo curso dentro de portões da fábrica, embora a experiência confirme o valor da arregimentação mais segura obtida. É necessário associar o andamento e o material didático do curso à vida da organização. Mas, a experiência sugere a viabilidade de se encontrar denominadores comuns de interesse e utilização do conhecimento. Ademais, há sempre a possibilidade de fazer seguir à alfabetização cursos profissionais que possam ser montados com linguagem sim-

bles*. Acreditamos que o Mobral deva se concentrar nestes programas dentro de instituições. Cabe lembrar o fato de que parte da experiência didática adquirida nesta linha poderia ser adaptada para os programas desvinculados de instituições.

No presente, a conjugação de mão-de-obra abundante e legislação que obriga firmas a alfabetizar seus empregados gera uma política deliberada por parte das firmas, no sentido de não contratar analfabetos, e em alguns casos, não contrata senão aqueles que têm primário completo. Seria desejável que as empresas de algum porte contratassem tantos analfabetos quanto possível e que o Mobral cooperasse com essas firmas na montagem de programas que realmente pudessem ser considerados como educação funcional. Possivelmente teria que haver revisões na estrutura da legislação. As firmas podem financiar o Mobral ou quem seja, mas modificações nas suas políticas de pessoal só poderão ser obtidos se as medidas desejadas passarem a ser vantajosas ou se a lei não oferece opções.

A orientação que delineamos, tornando o programa mais seletivo, implicaria em um esvaziamento parcial da ênfase em adultos, com a correspondente liberação de recursos. A idéia mais importante é que estes recursos seriam melhor empregados no ensino fundamental. Em essência é a idéia de que na situação brasileira o ensino fundamental justifica sacrificar a alfabetização de adultos.

A criança é mais disponível para ser motivada e para ser socializada no sistema escolar; seu estágio de desenvolvimento cognitivo ainda permite correções e aperfeiçoamento. Emocionalmente, ainda não internalizou as frustrações e inibições que marcam um analfabeto em nossa sociedade. Há um imenso desempenho para a escola fundamental: é aí que se decide o futuro de uma geração. Presentemente, cerca de 80% não chegam ao fim da quarta série, ressaltando o fracasso do sis-

Os cursos profissionais propriamente ditos, SENAI, SENAC e PIPMO já adquiriram grande experiência e vem prestando atendimento qualitativamente adequado. Não caberia ao Mobral competir com estas organizações, mas tão somente cooperar em esforços conjuntos.

tema fundamental. Cabe enfatizar que mais de metade da clientela de uma amostra de escolas do Mobral é formada de pessoas nestas condições, isto é, gente que chegou a frequentar a escola por algum tempo. O fracasso da escola é verificado pelo mero fato de que se matricular no Mobral é sintoma evidente de regressão ao analfabetismo.

A permanecer a orientação presente, continuaremos a oferecer uma educação fundamental pouco sintonizada com as necessidades da classe baixa, isto é, uma educação incapaz de atender às necessidades daqueles cujas famílias não são educadas. Como indicador da impossibilidade dos não educados de proporcionarem a seus filhos ambientes favoráveis ao desenvolvimento emocional e cognitivo requerido pela escola, vemos as imensas proporções de reprovação e deserção, atingindo até a metade das turmas dos primeiros anos. É a esse mesmo aluno, fracassado na sua primeira tentativa de educar-se que o Mobral vai oferecer uma nova possibilidade. Já nos referimos a experimentos que demonstraram não haver razões para crer que o adulto terá menos dificuldades de aprendizado do que teve anteriormente. Esta linha de raciocínio sugere que para estes alunos a segunda tentativa pode ser igualmente fracassada.

Acreditamos que este círculo vicioso deva ser quebrado no nível da educação fundamental. Trata-se de melhor equipar a escola para lidar com aquela clientela que pelo seu imenso número e sua posição desprivilegiada mereceria muito mais do que vem recebendo: as classes baixas.

Julgamos que o Mobral conseguiu montar uma organização de eficiência invejável e que não caberia apenas desviar seus recursos para o ensino fundamental, mas sim de fazê-lo cooperar ou contribuir diretamente com ele. Em outras palavras, deveríamos capitalizar nos pontos em que a atuação do Mobral teve grande sucesso, e não apenas esvaziá-lo financeiramente.

Por exemplo, os censos escolares e a observação direta mostram o pauperismo de nossas escolas em termos de material didático de comprovada repercussão sobre o desenvolvi-

mento da criança. Concretamente, as escolas em geral não têm mais do que quadro negro e mapa do Brasil. E é justamente nesta fase do desenvolvimento da criança em que o material audio-visual tem maior impacto sobre o aprendizado. O Mobral poderia desenvolver, distribuir e preparar pessoal para a utilização de melhores livros didáticos, jogos educativos, equipamentos audio-visuais e um sem número de outras possibilidades.

Sabe-se que é deficiente a formação das nossas professoras, sendo ainda muito elevada a proporção de leigas. O Mobral poderia manter cursos de reciclagem em algumas áreas especializadas como artes, tecnologia, jogos, nutrição, identificação de deficiências físicas e problemas de saúde etc.

Não seria realista esperar melhorias substanciais na qualidade das professoras primárias, contudo, sabe-se que quanto mais estruturado for o programa, quanto melhor o material didático disponível, menores serão os danos resultantes de se operar com material humano deficiente. Esta então seria a função do Mobral: criar uma infra-estrutura tecnológica baseada em material didático de alta qualidade, de tal forma a melhorar a qualidade do ensino com o mesmo pessoal existente.

Com pequenas modificações, muitas das iniciativas presentes do Mobral poderiam ser convertidas para reforçar o curso fundamental. Poderia ser desenvolvido um sistema de bibliotecas, em que pese a diferença dos títulos adequados às crianças.

De extremo interesse também seria a preparação de cursos de ciência, nos moldes do que vinha fazendo a FUNBEC e que agora o Mobral contrata para os programas de adultos.

O dinamismo e a penetração da rede do Mobral poderiam ser utilizados para uma área de imensa importância e que até agora tem permanecido em completo descaso; a educação pré-escolar. Boa parte dos fracassos no sentido fundamental resultam de deficiências de desenvolvimento intelectual e emocional que poderiam ser, até certo ponto, corrigidos com programas pré-escolares. Em muitos casos, o processo de alfabetiza

ção teria que ser precedido por um período de treinamento em operações mentais que são pré-condição para a leitura.

O custo desta mudança de ênfase seria naturalmente uma queda nas taxas de redução nominal do analfabetismo. Isto não nos preocuparia realmente já que boa parte dos diplomas são concedidos sem que de fato se possa contar o graduado no rol dos funcional e permanentemente alfabetizados.

Julgamos importante fixar nossa posição com relação ao analfabetismo nas zonas rurais. Tem sido freqüentemente indicado que a alfabetização não é funcional nas áreas rurais. Mais ainda, pesquisas realizadas no Brasil mostraram que a educação primária não explica quaisquer acréscimos de produtividade e mudanças tecnológicas. Tal situação agrava as dificuldades com os programas rápidos de alfabetização. Por outro lado, o tipo de atividade intelectual desenvolvida pelas crianças é menos adequada como preparação à escola. Em vista deste acúmulo de obstáculos, não acreditamos que se deva dar prioridades à alfabetização de adultos na zona rural embora 70% dos alunos do Mobral hoje estejam nesta área. Com isto não estamos propondo um abandono de qualquer esforço na área rural, mas sim programas bastante seletivos, atendendo principalmente àquele em que se pode antecipar condições de utilização dos conhecimentos.

Em todo caso, muito mais temível do que o fracasso da alfabetização rural pode ser o seu sucesso em situações onde não há uso para o conhecimento gerado. "A irrelevância dos programas e métodos da educação primária para os problemas da sociedade rural transformou as escolas em máquinas de produzir funcionários públicos e desempregados!"^{*}

* OECD, "The Mandoul Project - a rural education experiment in Chad" (Paris:-DAC-OECD; 1972) p.2

Finalmente, cabe lembrar um dos pontos mais enfatizados pela UNESCO que é a necessidade de avaliar os resultados dos programas. Boa parte da perplexidade e incerteza quanto ao Mobral resulta da inexistência de algumas pesquisas bastante simples sobre as características dos alunos, seu nível de desenvolvimento intelectual, e, principalmente alguns estudos de acompanhamento dos formados. Há problemas controvertidos na área da teoria do aprendizado e, como já mencionamos, na avaliação dos resultados econômicos destes programas. Todavia, não há necessidade de ir tão longe, mas somente identificar que fração de alunos tem condições de ser alfabetizado, que impacto teria tido o programa na vida do indivíduo, bem como uma avaliação do grau de retenção do conhecimento e frequência de utilização da leitura e escrita no cotidiano dos formados.

Há um argumento pertinente que poderia ser sugerido como justificativa para programas cujos resultados fossem duvidosos em termos de funcionalidade imediata dos conhecimentos. Trata-se dos efeitos inter-geração. É cabível argumentar que boa parte do fracasso na escolarização fundamental resulta da incapacidade dos pais de oferecerem aos filhos as condições ambientais de formação de motivação e atitudes requeridas para um desempenho aceitável na escola fundamental. Esse argumento tem sido rotulado como "famille educogène". Uma tentativa de alfabetizar os pais, teria como resultado mais importante, modificações na sua sensibilidade com relação aos problemas de planejamento e implementação, da carreira escolar dos filhos. Na realidade não dispomos de informações suficientes nesta área: Por plausível que seja o argumento, não conhecemos pesquisas que dimensionem a sua importância.

Sumariando as sugestões derivadas deste ensaio, as seguintes modificações seriam indicadas para o Mobral:

^ Seria muito simples e pouco dispendioso fazer os próprios professores reaplicarem o teste final do programa após decorrido um ano de formatura. Não podemos pensar em outra pesquisa mais prioritária.

1. Tendo em vista os custos e o desgaste emocional do fracasso, e tendo em vista que em programas desta natureza há uma fração substancial dos analfabetos que não apresentam as pré-condições para a alfabetização, o Mobral deveria ser mais seletivo, só aceitando candidatos que apresentem um mínimo de perspectivas de sucesso.
2. O Mobral deveria enfatizar a continuidade, não aceitando candidatos com escassas probabilidades de ir até o fim e passando a considerar a segunda fase do programa também como exigência mínima.
3. Alfabetizar de preferência aqueles que têm uso imediato e garantido para leitura e escrita. A evidência de regressão ao analfabetismo sugere que a funcionalidade da língua escrita na vida do indivíduo de classe baixa é bastante duvidosa em muitos casos.
4. Enfatizar os programas dentro de organizações como o Exército e as empresas, onde é mais factível criar situações que levem à utilização de conhecimento. Os programas de sucesso mais eloquentes têm sido deste tipo.
5. Usar a rede de comunicações e administração do Mobral para reforçar e estimular o sistema do ensino fundamental. O Mobral montou um aparato logístico de eficiência indisputável, o que poderia ser utilizado para corrigir falhas do sistema regular. O Mobral seria usado para preparar professores especiais, material didático, e áudio-visual, educação pré-escolar, etc.
6. O Mobral deveria contentar-se com uma redução moderada, mas efetiva, da taxa de analfabetismo, especialmente no meio rural onde são agravados os problemas de aprendizado e retenção e onde é mais duvidosa a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos.
7. Grande parte das decisões sobre o Mobral tem sido tomada sem que se disponha de certas informações fundamentais a respeito do seu funcionamento, características dos

alunos e resultados. Muitas destas informações poderiam ser facilmente obtidas através de pesquisas relativamente simples. Não vemos justificativas para a omissão do Mobral em gerar estas informações.

CMC/RT/da.-
outubro de 1974.